
PODER E REPRESENTAÇÕES DO LITORAL DE AVEIRO (PORTUGAL) NA CARTOGRAFIA HISTÓRICA: SÉCULOS XIV-XVII

Olegário Nelson Azevedo Pereira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
CEPESE: Centro de Estudos da População, Ecóonomia e Sociedade, Porto, Portugal
olegario.pereira@hotmail.com

Maria Rosário Bastos

UAB: Universidade Aberta do Porto, Portugal
CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Porto, Portugal
Maria.Bastos@uab.pt

Recibido: 11 de julio de 2019; Aceptado: 3 de septiembre de 2019

Poder e representações do litoral de Aveiro (Portugal) na cartografia histórica: séculos XIV-XVII (Resumo)

O litoral de Aveiro (Portugal) foi palco de intensas transformações geomorfológicas entre os séculos X e XVIII. Com efeito, nessa cronologia, ocorreu a formação de um sistema lagunar onde anteriormente se situava uma ampla baía. Tais modificações incutiram uma constante alteração na sua representação cartográfica. Tomando como exemplo de estudo esse trecho litorâneo, pretendemos perceber como era retratado na vetusta cartografia portuguesa, como se deu a evolução dessa representação e qual o interesse do poder central (Coroa) na mesma. A premissa máxima que ficou deste trabalho foi que, ontem como hoje, quanto maior for o conhecimento do território, maior será a eficácia dos poderes incumbidos da sua gestão.

Palavras-chave: Cartografia histórica; Simbologia; Poder; Portugal; Aveiro.

Power and representations of the Coast of Aveiro (Portugal) in the historical cartography: XIV-XVII centuries (Abstract)

The coast of Aveiro (Portugal) faced intense geomorphological transformations between the X and XVIII centuries. Indeed, in this chronology, where a wide bay previously situated, the formation of a lagoonal system occurred. Such modifications instilled a constant change in the cartographic representation. Taking as an example this coastal stretch, we intend to perceive how was it portrayed in ancient Portuguese cartography, how this representation developed and what was the interest of central power (Crown) in this representation. The maximum premise of this work was that, yesterday as today, the greater knowledge of the territory, the greater the effectiveness of the powers responsible for its management.

Key-words: Historical cartography; Symbolism; Power; Portugal; Aveiro.

A representação cartográfica das zonas costeiras tem uma elevada relevância. O conhecimento dos recortes do litoral torna-se relevante na identificação dos limites territoriais de uma qualquer nação. Tal relevância assume maior interesse num território maioritariamente oceânico. Portugal é um país com uma ampla fachada atlântica, um amplo litoral, apresentando uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) de cerca de 1, 700,000 quilómetros quadrados. A definição do conceito de litoral, tal como outras designações utilizadas para significar essa área, traduz-se na representação de um espaço ambivalente onde resulta o encontro de duas realidades distintas, a marinha e a terrestre. De certo modo, pode-se afirmar que se trata de um espaço físico indeterminado e não mensurável, com limites difusos e uma elevada variabilidade espacial e temporal, cuja delimitação depende intrinsecamente do contexto de observação¹. No caso português, o reconhecimento costeiro assumiu uma importância acrescida com o advento das navegações marítimas e a concomitante necessidade de se terem bem definidas questões como, entre outras, quais os perigos geomorfológicos costeiros para a navegação ou quais os locais próprios ao ancoramento das embarcações. Por outro lado, num território cujas fronteiras são centenárias, remontando aos tempos medievais, tornou-se importante para as instâncias de poder, o pleno reconhecimento do desdobramento costeiro, de forma a melhor controlá-lo, melhor defendê-lo e melhor conhecê-lo.

A análise da cartografia representativa de Portugal no recorte cronológico considerado neste estudo, foi efetuada por diversos autores, focando variados aspetos². Contudo, para a mesma cronologia, pesquisas focadas na representação do trecho litorâneo de Aveiro revelam-se exíguas. Se para o século XVIII e as centúrias seguintes, vários estudos se debruçaram na interpretação da cartografia atinente à região de modo a investigar, entre outros aspetos, a questão das transformações no sistema lagunar³, da representação das salinas⁴ ou das infraestruturas portuárias⁵, o mesmo não aconteceu para cronologias anteriores. Alguns estudos debruçaram-se na interpretação da evolução deste trecho litorâneo considerando informações contidas nas fontes históricas escritas e cruzando-as com elementos da cartografia histórica⁶. No entanto, tais estudos normalmente não se debruçaram especificamente na procura do entendimento da relação entre a evolução das representações cartográficas do litoral de Aveiro e o interesse do Poder (da Coroa, no vertente caso) no mapeamento desse território.

Nesse sentido, este estudo pretende interpretar alguma da cartografia respeitante à região costeira e sistema lagunar de Aveiro, localizado em Portugal (figura 1) procurando perceber as circunstâncias que envolveram a sua produção.

1 Santos et al., 2017, p. 6. Freitas, 2010, p. 19.

2 Vide, por exemplo, Daveau, 2000; Alegria et al., 2007; Garcia, 2010. Neste último trabalho, observem-se os vários estudos que se debruçaram nessa questão, tal como apontado pelo autor.

3 Martins, 2012.

4 Garcia et al., 2008, p. 265-272.

5 Amorim, Nogueira, 2003.

6 Martins, 1947; Bastos, 2015, p. 35-71; Pereira, 2019, vol. 1, p. 77-100.

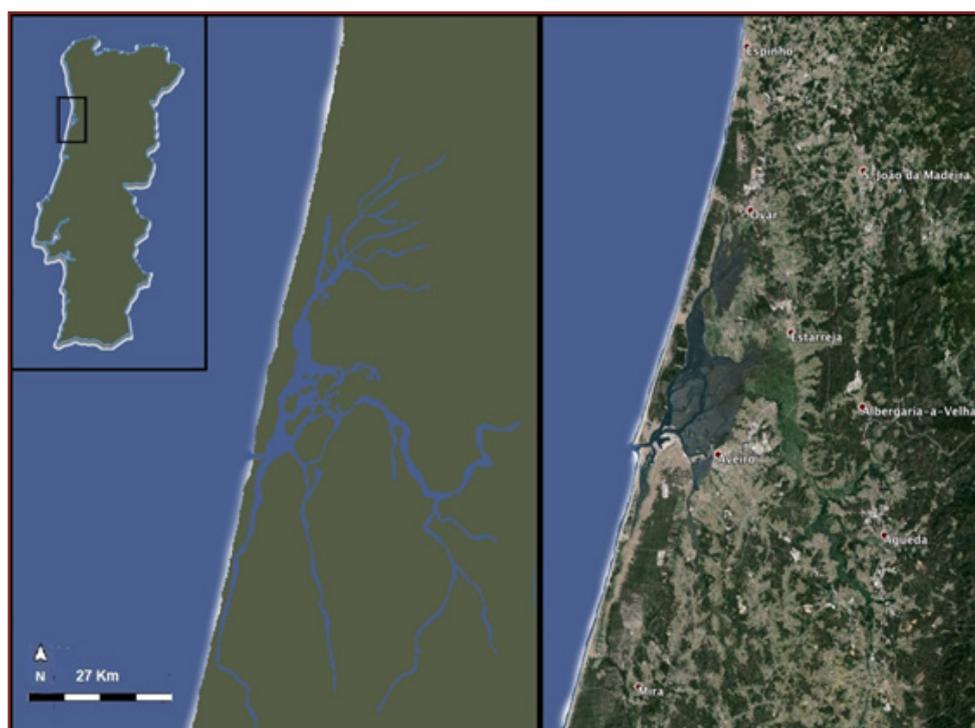


Figura 1. Localização da área de estudo, sistema lagunar de Aveiro, Portugal

Fonte: Adaptado de *Google Earth*, 2019.

Procura-se analisar que instância do poder as produziu, o que importava representar e quais os simbolismos presentes, e ainda, quais as diferenças entre os mapas ao longo da cronologia em análise. Teremos como objeto de estudo cartografia representativa desse trecho costeiro, apresentando-a numa sequência cronológica cuja produção se estende entre os séculos XIV e XVII. Esta cartografia foi coligida através de pesquisa em bases de dados *on-line*, nomeadamente do Arquivo da Biblioteca Nacional de Portugal e do Arquivo da Biblioteca Nacional de França. Por outro lado, recorreu-se igualmente a coleções cartográficas publicadas. Por forma a estruturar o estudo, seguiremos as questões anteriormente elencadas, ou seja, analisaremos num primeiro momento a envolvência da produção dessa cartografia e, num segundo momento, as suas simbologias e representações, observando-se igualmente a sua evolução, verificando as diferenças que apresenta ao longo do período cronológico observado. A análise recorrerá sempre que indispensável a contextualização histórica, bem como, à necessária discussão teórica concernente aos aspetos a serem avaliados. Através desta pesquisa, verificou-se a importância do conhecimento do território para uma maior eficácia dos poderes incumbidos da sua gestão.

A cartografia e o exercício do poder em Portugal

Somente através do conhecimento dos contextos de elaboração e utilização dos mapas, se pode verdadeiramente interpretar corretamente a sua significação e influências. Nesse sentido, diversos aspetos contribuem para revelar os motivos relaciona-

dos aos eventos cartográficos, bem como, os efeitos e a informação postulada num qualquer mapa em termos da sua veiculação social⁷. Desse modo, torna-se essencial analisar num primeiro momento a relação entre a cartografia e o poder, por forma a melhor se entender tanto a circunstância de produção dos mapas, quanto a utilização para a qual foi produzida. No caso de Portugal, desde tempos medievais que a organização de inventários documentais obedece a critérios geográficos e corográficos. Disso é exemplo, num primeiro momento, as Inquirições Régias ordenadas pelos monarcas D. Afonso II, D. Afonso III e D. Dinis⁸.

O fato do aparelho burocrático do Estado, após o término do período de reconquista cristã, se querer mais centralizado, contribuiria, a par de outras questões, para o emanar de tais inquéritos. Através deles os monarcas pretendiam não só verificar quais as terras reguengas cuja Coroa detinha domínio direto, mas ainda, conhecer a extensão dos domínios eclesiásticos e senhoriais onde o erário régio cobrava os seus tributos. Do mesmo modo, o interesse direto do monarca em conhecer o território dependente da sua administração, para de uma forma mais esclarecida entender as necessidades do reino e exercer a sua governação, legitimando e consolidando o seu poder perante os súbditos, explica a sua premência⁹. Obedecendo a premissas semelhantes e à necessidade de levantamento de dados para o esclarecimento de outras questões de governação, surge ainda, no decorrer dos séculos XIII e XIV, diversa recolha de informação por parte da Coroa, de que é exemplo, a respeitante à distribuição dos tabeliados pelas Comarcas e Bispados¹⁰, o levantamento dos rendimentos paroquiais e a elaboração dos róis de besteiros do conto¹¹.

O empenho em constituir-se uma progressiva centralização do poder régio, indispensável a uma mais satisfatória resposta às necessidades administrativas e fiscais da Coroa, levaria ao desenvolvimento do aparelho gestor público. Seria, no entanto, com o advento dos descobrimentos que a Cosmografia e a Corografia se conjugariam para mais fidedignamente descrever o novo mundo, emergido em parte pela diligência portuguesa, e cujos detalhes eram muitas vezes ocultados e erros deliberadamente cometidos, numa espécie de política do sigilo, cujo objetivo era manter a descoberta de novos territórios desconhecida dos reinos opositores¹². O Estado, numa época de expansão de mercados, expansão geográfica e, conseqüentemente, apreensão descritiva, promoveu o conhecimento da população, dos recursos, da administração e da economia, socorrendo-se, para tal, da promoção do conhecimento numérico e quantitativo. A delimitação territorial das fronteiras fez surgir os primeiros esforços de descrição administrativa do reino, dos quais são paradigmáticos o levantamento das praças fortificadas de Portugal, realizado nos anos de 1509 e

7 Harley, 2009, p. 4.

8 Marques, 1980, p. 50-92.

9 Marques, 1993, p. 242-243.

10 Coelho, 1996.

11 Almeida, 1971, p. 90-144.

12 Alegria et al., 2007, p. 1005-1007.

1510 por Duarte d'Armas, ou a primeira representação cartográfica total de Portugal, datada do ano 1561, da autoria de Fernando Álvaro Seco (figura 2).



Figura 2. Primeira versão conhecida do mapa completo de Portugal.

Fonte: Seco, Fernando Álvares. Vernandi Alvari Secco; Sebastianus a Regibus Clodiensis in aere i[n]ci-debat; Michaelis Tramezini formis, cum Summi Pontificis ac Veneti Senatus privilegio. [En línea]. Roma: Michaelis Tramezini, 1561. 1 mapa: gravura, p&b, 35,30 x 51,50 cm., ca. 1559-1561 [Portugal], Escala [ca. 1:1340000], <<http://purl.pt/index/cart/aut/PT/46822.html>> [21 de maio de 2019].

Foi igualmente consequência do Estado marcadamente comerciante dos séculos XV e XVI que proveio a necessidade de reorganização territorial através da legislação. Lançaram-se assim as “traves mestras da arquitetura social e política”, num primeiro momento, através das Ordenações Afonsinas [1446-1447], às quais se seguiram as Ordenações Manuelinas [1512-1521]¹³. Outros momentos importam referir, como o numeramento do ano de 1527, através do qual se procuraram quantificar as questões do índice populacional e de fiscalidade¹⁴, para além da reforma dos forais no período Manuelino (reinado de D. Manuel I), expressão de maturação do poder concelhio em Portugal¹⁵. Foi, aliás, pela recolha de informações junto das comarcas e concelhos, órgãos cuja malha administrativa se revelava mais coesa, que a Coroa exerceu o levantamento estatístico para um mais apurado controlo das valências do reino, essencial à sua condição mercantilista e absolutista (impostos, oficialato régio, aspetos militares, entre outros). Complementarmente, importava reconhecer as forças sociais estruturantes do território, sendo fundamental o conhecimento Co-rográfico, envolvendo-se para tal finalidade no panorama régio descrito, a ação de quadros de plano provincial e local-paroquial, recorrendo-se então aos órgãos ecle-

13 Capela et al., 2009, p. 14.

14 Cf. Galego; Daveau, 1986.

15 Coelho, 2006, p. 23.

siásticos ou senhoriais. Fruto deste envolvimento entre os diferentes poderes (régio, eclesiástico e senhorial) e dos interesses confluentes da Monarquia e Igreja, surgiram os principais itens dos interrogatórios emanados, como o caso das Memórias Paroquiais. Mais importante ainda, no contexto de domínio Filipino, na conjuntura da chamada União Ibérica (1580-1640), importava ao poder régio reconhecer o seu território e valências militares, multiplicando-se as descrições regionais através da cartografia, tabelas e Corografias de circunscrições administrativas, praças de armas e fortalezas¹⁶. Neste contexto de paulatina centralização do poder, os mapas assumem um carácter importante, como referiu Harley,

Os mapas foram uma invenção similar no controle do espaço; eles facilitaram a expressão geográfica dos sistemas sociais e são um meio de consolidar o poder do Estado. Como instrumentos de vigilância, eles se prestam ao mesmo tempo à coleta de informações pertinentes para o controle dos cidadãos pelo Estado e à vigilância direta de sua conduta. Nos tempos modernos, quanto mais a administração do Estado é complexa, mais suas ambições territoriais e sociais são ampliadas, e maior será sua demanda por mapas¹⁷.

Com efeito, especialmente a partir da centúria de quinhentos, a cartografia tornou-se num poderoso auxiliar cujas monarquias europeias se muniram no sentido de procurar a plena soberania dos Estados e a concentração de seu poder. Nos cerca de cem anos que medeiam a segunda metade dos séculos XV e XVI, o poder dos mapas sofreu uma evolução, conjuntamente com a alteração da imagem cartográfica do mundo. Os Estados procuraram então fixar cartograficamente a sua própria geografia com os objetivos de legitimação e difusão do seu território e, por outro lado, utilizaram esta ferramenta para inventariar os seus recursos naturais, sociais e humanos, facilitando a administração territorial¹⁸. Neste sentido veja-se, por exemplo, o primeiro mapa conhecido de Portugal, elaborado por Fernando Álvaro Seco, cujo enfoque é o território português de forma autónoma. A sua finalidade de concepção foi para uma oferta ao Cardeal Camareiro do Papa, Guido Ascâneo Sforza. Tal oferta surge do humanista português Aquiles Estaço e deveu-se a uma forma de agradecimento a Sforza pelo seu papel de protetor dos interesses portugueses junto da Santa Sé. O paradeiro do original é desconhecido, mas existem várias publicações ou reproduções, das quais demonstramos as duas primeiras versões conhecidas (figuras 2 e 3).

A sua introdução no *Grande Atlas de Mercator* demonstra, a par das constantes reproduções que surgiram a partir do original, a sua importância no que se refere ao reconhecimento territorial e à propagação do mesmo pela Europa, principalmente após o advento das técnicas de impressão¹⁹. A cartografia portuguesa, pelo menos a náutica, iniciou bastante antes do século XVI, seguramente aquando do desenvolvimento da expansão marítima e da concomitante necessidade daí advinda de car-

16 Capela et al., 2009, p. 14-17.

17 Harley, 2009, p. 3-4.

18 Moreira, 2012, p. 15.

19 Alegria et al., 2007, p. 1039-1041. Garcia, 2010, p. 363. Daveau, 2000, p. 12. Moreira, 2012, p. 19-22.

tografar os novos territórios. Pese embora não exista cartografia marítima para períodos anteriores ao século XV, a documentação escrita medieval apresenta alguns elementos que apoiam essa hipótese. Contudo, somente se conhece como primeiro exemplar uma carta do ano de 1471²⁰.



Figura 3: Segunda versão conhecida do mapa completo de Portugal.

Fonte: Seco, Fernando Álvares. Portugalliae quae olim Lusitania vernando Alvaro Secco Auctore recens descriptio. Guidoni Ascanio Sfortiae S.R.E. Cardinali camerario Achilles Staius sal. Lusitaniam Guido Sfortia Vernandi Alvari Secco industria descriptam tibi... dicamus... Romae XIII Cal. Jun. MDLX / Joannes a Dotecu, Lucas a Dotecum fecit. [En línea]. Antuérpia: Gerardu de Jode; Van Doetichum; Jan I, 1565. Escala [ca. 1: 790 000], <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b525050432>> [21 de maio de 2019].

O Litoral de Aveiro na cartografia histórica: representações e simbologias

O portulano de Petrus Vesconte: um exemplo de cartografia medieval

Partindo da seleção de alguma cartografia histórica da região litorânea de Aveiro, pretendemos neste ponto observar algumas das representações e simbologias a si atinentes. Para tal, selecionamos alguma cartografia que julgámos representativa tanto relativamente a essas questões, quanto relativamente à evolução da representação cartográfica.

O primeiro mapa selecionado (figuras 4 e 5) é da autoria de Petrus Vesconte e trata-se de um portulano cuja datação é do ano de 1325. Esta é uma tipologia de cartografia de suma importância pois, não obstante as suas incoerências e erros, é considerada como o primeiro tipo de mapas com uma apresentação dos dados mais aproximada do real. Muitos dos investigadores que se dedicaram ao seu estudo concordam relativamente à importância dos mesmos, referindo diversos aspetos em

²⁰ Alegria et al., 2007, p. 977-987.

que esse tipo de mapas assume uma relevância excepcional. Por exemplo, Jaime Cortesão considera o advento dos portulanos como o maior ponto de viragem da história da cartografia e Alberto Magnaghi apelida-os de uma realização única, não só da história da navegação, mas da própria civilização. No caso dos portulanos do cunho de Vesconte, afirma-se mesmo que o delineamento costeiro do Mediterrâneo era tão perfeito que somente se atualizou na cartografia do século XVIII. Por outro lado, a sua relevância se demonstra igualmente ao nível económico, uma vez que se aponta ter sido por esta altura que os cartógrafos contemporâneos a Vesconte tiveram na confecção de mapas um modo de trabalho a tempo inteiro²¹.

Aliás, Petrus Vesconte terá sido o primeiro cartógrafo profissional da Europa ocidental, assinando e datando as suas obras de forma sistemática²². A importância económica da produção e comercialização de mapas, bem como todo o processo que envolve essas fases, tornaram-se bastante pujantes ao longo dos séculos finais da Idade Média²³. Este tipo de mapas, uma vez que serviam para guiar a navegação das embarcações e a mesma era passível de ser efetuada por diferentes rotas, tinham de mostrar direções e distâncias entre um ilimitado número de pontos.

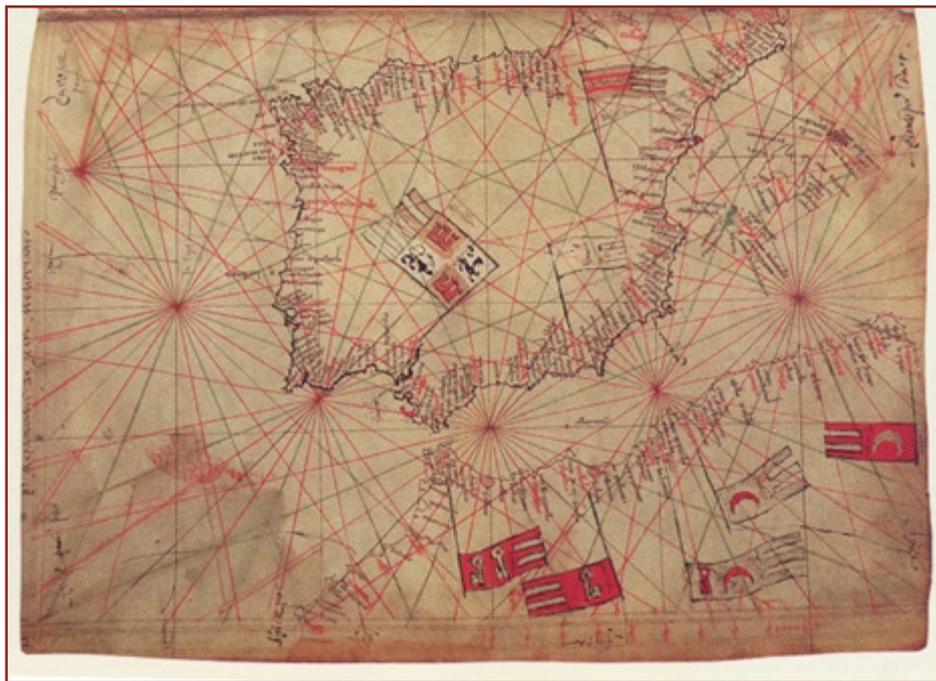


Figura 4. Adaptação do mapa do Atlântico, de ca. 1325 da autoria de Pietro Vesconte, representando a Península Ibérica.

Fonte: Vesconte, Pietro. Marino Sanuto Liber Secretorum Fidelium Crucis. British Library. ca.1325, <<https://www.bl.uk/collection-items/liber-secretorum-fidelium-crucis-by-marino-sanudo>> [21 de maio de 2019].

A única forma de possibilitar tal informação, era através de um mapeamento com escala, onde a costa fosse delineada da forma mais aproximada possível. Assim,

21 Campbell, 1987, p. 371.

22 Woodward, 1987, p. 314.

23 Cf. Campbell, 1987, p. 428-438.

ao contrário dos mapas utilizados para viagens por terra²⁴, estes não apresentavam as rotas terrestres, focando a sua atenção nas cidades costeiras mais importantes e no delineamento costeiro²⁵. Tal situação pode ser observada no exemplo que apresentámos <figuras 4 e 5> onde as localidades costeiras aparecem representadas, ao contrário do interior do território, totalmente inóspito no que respeita a reproduções de toponímias. Aliás, na realidade, até meados do século XV não existiam métodos suficientemente avançados que permitissem uma representação cartográfica completa da superfície terrestre, sendo necessário uma evolução paulatina de áreas do conhecimento para que tal situação fosse colmatada²⁶. Contrariamente, a representação costeira torna-se nesta altura bastante melhor, havendo várias evidências de uma evolução²⁷.



Figura 5: Ampliação da carta da Europa Ocidental de Pietru Vesconte.

Fonte: Whitfield, P. *The Charting of the Oceans*. Califórnia: Pomegranate Artbooks, 1966, p. 18.

Legenda: o círculo representa a região litorânea de Aveiro.

24 Cf. Harvey, 1987b.

25 Harvey: 1987a, p. 284.

26 Cf. Lindgren, 2007.

27 Campbell, 1987, p. 403-407.

Por outro lado, a influência dos portulanos é igualmente verificada nos *mappaemundi* tardios, onde se recorreu a dados característicos dos mesmos para se esboçar o mundo. Nesses mapas, o Mediterrâneo aparece delineado consoante nos portulanos, as características linhas de rumo dos portulanos (figuras 4 e 5) mesmo em regiões terrestres onde o seu uso era desnecessário também são inseridas e, por último, as escalas gráficas são igualmente representadas, tal como nos portulanos. Refira-se que, mesmo nos portulanos, as linhas de rumo embora se tenham tornado ostensivas, na realidade não tinham uma utilidade prática²⁸. Pese embora tal questão, não se deixe de enaltecer, tal como refere Lindgren,

The first effort to make measured maps - and we know little about how this was done - resulted in the thirteenth century in the portolan charts that were initially limited to the Mediterranean and Black Sea coasts. As a result of Ptolemy's Geography, astronomical observations took absolute priority over geographic observations. The geographic latitude of a location was calculated according to the height of the astronomical North Pole. To calculate geographical longitude, it was necessary to carry out several observations of lunar eclipses at different places simultaneously, and all further geometrical observations were adapted to the fixed points so obtained. These geographical coordinates were entered into tables and added to globes and maps. All other observations were not of a geometrical nature²⁹.

Assim, os *mappaemundi* medievais são um tipo de cosmografia advinda dos pensadores que o faziam através da terra, enquanto os portulanos, provêm da experiência factual dos marinheiros do mar Mediterrâneo, posteriormente expandida para o oceano Atlântico³⁰. Outro dado importante é o desenho de diversas bandeiras no portulano de Vesconte, apresentando uma espécie de brasões representativos do poder a cujo território estava adstrito. Podemos verificar uma dessas simbologias presente na Península Ibérica (figura 4). Ao contrário das bandeiras representadas no Norte de África, cujos motivos apresentam, *grosso modo*, a lua crescente, símbolo associado aos muçulmanos, aqui a simbologia apresentada é a conjugação cruzada de dois leões e duas torres (figura 5). Trata-se de uma representação da potência militar e da hierarquia feudal, fato bastante comum na cartografia medieval e renascentista europeia³¹. Este portulano de Petrus Vesconte tem sido um dos mapas observado pelos investigadores que se debruçaram no estudo da evolução costeira da região de Aveiro. Uma vez que, como referimos anteriormente, se trata de uma cartografia delineada tendo em consideração o desenho da costa e cuja aproximação do real é mais segura, a sua observação tem sustentado a hipótese da existência de uma vasta chanfradura, uma baía, onde atualmente se encontra o sistema lagunar. Diversos estudos se têm debruçado nessa questão, procurando explicar esse fenómeno através de uma análise interdisciplinar, ao serem consideradas as questões de geologia e geomorfologia, consolidando-as através de dados arqueológicos e informações históricas e cartográficas. As análises mais recentes demonstraram que a

28 Woodward, 1987, p. 314.

29 Lindgren, 2007, p. 479.

30 Campbell, 1987, p. 372.

31 Harley, 2009, p. 13-14. Delano-Smith, 2007, p. 566-567. Campbell, 1987, p. 398-400.

costa era então mais interiorizada e a restinga arenosa, cujo pleno desenvolvimento constituiu a laguna de Aveiro, se encontrava ainda em crescimento no momento da elaboração deste mapa³².

Alguns exemplos da representação do litoral de Aveiro na cartografia renascentista

O mapa do século XIV anteriormente aludido, demonstra a costa de Aveiro com uma reentrância demonstrando a inexistência da formação lagunar plena. Utilizamos esse exemplo, embora pudéssemos buscar outra cartografia representativa do mesmo trecho costeiro, inclusivamente através de trabalhos efetuados por cartógrafos portugueses. Contudo, e uma vez que, como dissemos, a cartografia portuguesa marítima produzida, somente é conhecida após a segunda metade da centúria de quatrocentos, propomos analisar de seguida cartografia do século XVI e XVII. Julgamos que os comentários tecidos relativamente ao portulano de Petrus Vesconte já elucidou, ainda que de forma breve, tanto a questão da representação costeira, quanto as simbologias presentes.

Sendo assim, propomos de seguida uma análise mais demorada sobre o mapa que apresentámos anteriormente (figura 3) cuja autoria do original é de Fernando Álvaro Seco, embora este se trate de uma reprodução, tal como o apresentado na figura 2. Como já se referiu, em ambos os casos, trata-se da primeira representação de Portugal feita de forma autónoma, ou seja, sem estar inserida numa exibição mais vasta, cujo objetivo fosse a reprodução do Mediterrâneo, da Europa ou do mundo conhecido à época. Assim, consideramos importante descortinar como se apresenta o reino português nesse primeiro esforço de o cartografar individualmente e, sobretudo, o litoral de Aveiro.

Num primeiro momento, afirma-se que se denota o fato de haver uma falta de standardização nos elementos mapeados, prática bastante comum³³. Como indica João Carlos Garcia³⁴ o que imediatamente salta á vista de quem observe estas versões é a intensiva representação de localidades através da introdução das referentes toponímias, bem como, a representação da rede hidrográfica. Sobre esta última questão já houve trabalhos de investigação dedicados a discuti-la³⁵. Interessa sobretudo perceber a questão da fronteira e a delimitação com o reino vizinho, as quais, segundo Garcia, são bem demarcadas, tanto pelo fato das manchas populacionais diminuírem à medida que se aproxima a fronteira, como dos rios parecerem secar ou mesmo ter o seu início em Portugal³⁶.

Os brasões representativos dos reinos limítrofes, cuja unidade sob a coroa de Castela só havia sido estabelecida fazia cerca de um século, contrastam com a uni-

32 Lucci, 1918; Girão, 1922; Souto, 1923; Martins, 1947 Dias et al., 2012; Bastos, 2015; Pereira, 2019.

33 Delano-Smith, 2007, p. 531-537.

34 Garcia, 2010, p. 365.

35 Daveau, 2000.

36 Garcia, 2010, p. 365.

dade portuguesa, garantida já desde o tratado de Alcañices assinado em 1297³⁷. Tal unidade é demonstrada pelo simbólico escudo dos castelos e das quinas representativo do reino português (figura 2). Ainda quanto à questão da mancha populacional, repare-se que a mesma diminui progressivamente em direção ao sul. Na verdade, a região a sul do rio Tejo apresenta uma densidade populacional inferior, especialmente a zona costeira do Alentejo, cujas condições geomorfológicas inibidoras de práticas relacionadas com o *modus vivendi* ligado ao mar, dificultavam a fixação populacional³⁸.

Relativamente à região litorânea de Aveiro, a simbologia apresentada é deveras interessante, nomeadamente no mapa apresentado como figura 2. Denota-se imediatamente a representação de numerosas embarcações ao longo da costa portuguesa, umas de velas içadas ao vento, outras com as mesmas recolhidas, parecendo demonstrar que estão fundeadas <figura 6>. Tal simbologia estará certamente relacionada com a questão de Portugal ser, à época, um reino vocacionado para as viagens marítimas e um dos reinos envolvidos na questão dos descobrimentos ou explorações de novos territórios. A essa simbologia junte-se a representação de Neptuno, deus do mar, empunhando o seu tridente numa mão e um escudo com as armas de Portugal, representando a autoridade do reino no que concerne às questões marítimas³⁹. Tanto esta simbologia, quanto a anteriormente referida relativamente à questão dos brasões e dos cursos fluviais, podem ser considerados exemplos do que Harley chamou de “silêncio dos mapas”⁴⁰.



Figura 6. ampliação da figura 3, reprodução de 1565 do mapa de Fernando Álvaro Seco.

37 Cf. Marques, 1993, p. 117-249. Tavares, 1992, p. 31-37.

38 Bastos et al., 2012, p. 101-118.

39 Garcia, 2010, p. 365.

40 Harley, 2009, p. 12.

O desenho de linhas vigorosas representando o mar, parece ser a pretensão de indicar que o litoral se trata de uma região cuja ondulação é forte⁴¹, o que aliás, se constata contemporaneamente, principalmente na região costeira de Aveiro. Na verdade, conforme uma análise mais pormenorizada do mapa em questão permite demonstrar (figura 7) é precisamente em frente da laguna de Aveiro que emerge um monstro marinho, provocando essa forte ondulação. Não obstante, esta ondulação seja menor que a provocada pela representação de outro monstro marinho de dimensões maiores, onde uma personagem que representa uma alegoria a Neptuno é transportada (figura 6).



Figura 7. ampliação da figura 6, demonstrando mais pormenorizadamente o litoral de Aveiro.

A questão da temeridade do Homem perante as forças do oceano e os perigos que representava habitar junto a ele, são questões seculares, as quais, na Idade Média e até tempos bastante atuais, marcavam as mentalidades das populações. O mar, ou a proximidade dele, oferecia perigos naturais como galgamentos marítimos, tempestades, improdutividade dos solos para a agricultura, mas também, perigos humanos como os ataques de corso e pirataria, ou perigos mitológicos, tais como a variedade de monstros fantásticos que nele habitavam⁴².

Conforme observado nas análises relativas ao estudo do litoral e da laguna de Aveiro numa perspectiva histórica, em meados do século XVI⁴³ o sistema lagunar

41 Normalmente a utilização dessas técnicas de representação servem para indicar as características naturais dos elementos representados: Cf. Delano-Smith, 2007, p. 542-543.

42 Freitas, 2010, p. 41-53.

43 Lembremo-nos que estas peças cartográficas (figuras 2 e 3) são datadas respectivamente para os anos de 1561 e 1565 (Garcia, 2010).

de Aveiro já se encontrava em fase adiantada de evolução geomorfológica. Nesse sentido a restinga arenosa já delimitava esse sistema e no seu interior já pontuava a constituição de ilhas e canais lagunares procedentes das deposições sedimentares dos cursos fluviais da bacia hidrográfica do rio Vouga que desaguavam na laguna⁴⁴. Tais considerações podem ser confirmadas ao se observar a cartografia em análise (figura 7) denotando-se a perfeita representação da restinga arenosa que prolonga a representação da linha de costa⁴⁵ e indica a presença de sistemas dunares⁴⁶ próprios dessa zona costeira caracteristicamente arenosa. Do mesmo modo, denota-se igualmente a representação de ilhas na parte interna da laguna, indicando o seu progressivo assoreamento, consoante os estudos sobre a questão comprovam⁴⁷.

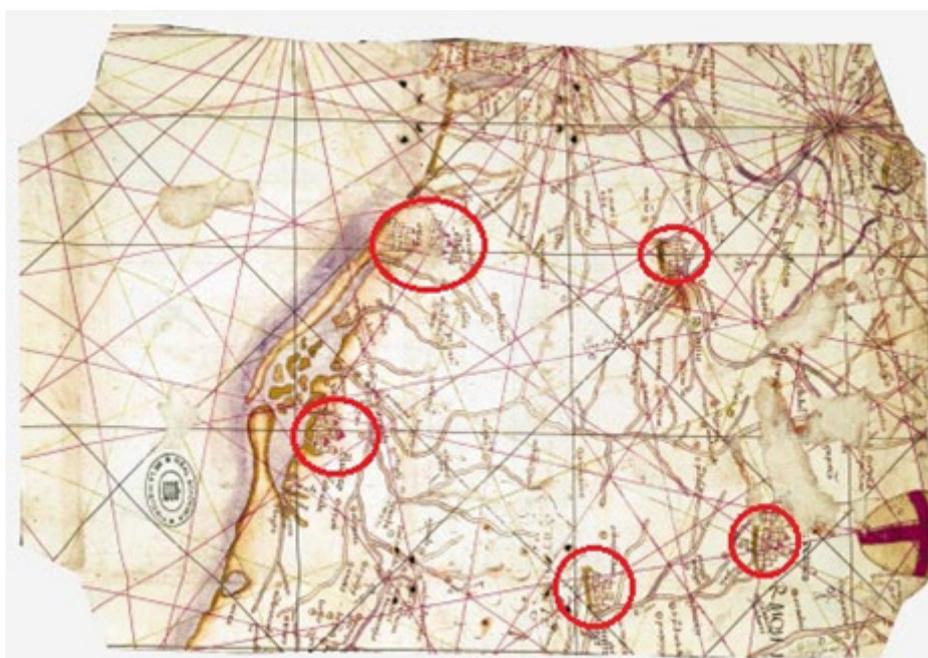


Figura 8. Representação da costa de Aveiro num fragmento de um mapa de finais do século XVI e inícios de XVII

Fonte: Porto, C. M. Cartografia Histórica Portuguesa. Catálogo de Manuscritos (siglos XVII-XVIII). Madrid: Real Academia de la Historia, departamento de Cartografía e Bellas Artes, 1999, p. 30.

Outras representações cartográficas da região litorânea de Aveiro e do seu sistema lagunar, cuja cronologia se situa entre finais do século XVI e inícios do século XVII⁴⁸ (figura 8), corroboram tais ilações sobre o estado avançado da sua geodinâ-

44 Lucci, 1918; Girão, 1922; Souto, 1923; Martins, 1947; Dias et al., 2012; Bastos, 2015; Pereira, 2019.

45 Sobre formas de representação da linha de costa e dos litorais vd. Delano-Smith, 2007, p. 543-545.

46 Sobre representação de dunas ou sistemas dunares vd. Delano-Smith, 2007, p. 550-551.

47 Lucci, 1918; Girão, 1922; Souto, 1923; Martins, 1947 Silva, 1991, 1994; Bastos, 2015; Pereira, 2019.

48 Trata-se de um fragmento de um mapa cuja datação exata se desconhece, no entanto, pelas suas características, supõe-se ter sido produzido entre os finais do século XVI e início do século XVII (Porto, 1999, p. 30).

mica. Com efeito, tal mapa representa uma restinga mais perlongada para sul e uma maior concentração das ilhas anteriormente referidas no interior lagunar, parecendo quase como formar um só acidente terrestre. As redes hidrográficas também se encontram profusamente presentes e as aglomerações populacionais principais (circuladas a vermelho) apresentam símbolos que correspondem ao seu “status” de cidade⁴⁹, pois tratam-se de aglomerados de edifícios com as suas torres e muralhas⁵⁰.

A Norte do sistema lagunar encontra-se representada a cidade de Ovar e a de Santa Maria da Feira, as únicas cuja concentração populacional e importância parecem ser suficientes para serem exibidas. Na verdade, estudos refletem a importância do núcleo populacional e a paulatina concentração dos serviços administrativos e religiosos em Ovar ao longo da primeira metade do século XV, aumentando a sua importância regional a partir dessa altura⁵¹. No mesmo sentido, é reconhecida a importância desempenhada por Santa Maria da Feira, sede da medievá circunscrição administrativa Terra de Santa Maria, onde um importante núcleo populacional também existia, bem como, o castelo⁵², estrutura representada neste fragmento (figura 8). De frente para a zona lagunar aparece representada a cidade de Aveiro, igualmente com a reprodução de uma fortificação uma vez que se trata de uma cidade muralhada⁵³. No canto inferior interno do mapa, também se pode observar o que parece ser parte de uma cruz da cristandade relacionada com o bispado de Viseu⁵⁴, o que aliás, não seria de admirar, visto que os poderes eclesiásticos eram mormente representados através desse tipo de simbologias⁵⁵ aparecendo como uma tipologia de símbolos individualizados, testemunho da organização social da religião⁵⁶. No entanto, outros autores consideram que, na verdade, se trata de um brasão contendo as antigas armas representativas de Portugal⁵⁷, as mesmas que figuram no brasão empunhado por Neptuno (figura 6) ou no canto superior esquerdo da primeira reprodução conhecida do mapa de Fernando Álvaro Seco (figura 2).

Apesar de se observarem várias diferenças entre a representação cartográfica medieval e a renascentista, através da comparação entre as figuras 4 e 5 (o mapa de Vesconte datado de *ca.* 1325) e as figuras 2 e 3 e mesmo as figuras 8 e 9 (cuja produção é do período renascentista) podemos aferir que também existe uma continuidade. Na verdade, vários aspetos demonstram essa situação. A recorrência à inserção de descrições textuais para explicar a questão de produção do mapa, o seu autor ou seus significados, persistem (figuras 2 e 3). A sua utilização na indicação de toponímias também não deixa de ser recorrente (figuras 2, 3, 8 e 9). A descrição textual

49 Consoante indicam alguns autores ao considerarem as representações das cidades na cartografia renascentista e as simbologias atinentes às mesmas: Delano-Smith, 2007, p. 557-562.

50 Porto, 1999, p. 30.

51 e.g. Oliveira, 1967; Amorim, 1997; Lamy, vol. I, 2001.

52 Cf. Mattoso et al., 1989.

53 Silva, 1991; Amorim, 1997.

54 Porto, 1999, p. 31.

55 Delano-Smith, 2007, p. 565-566.

56 Harley, 2009, p. 14.

57 Alegria et al., 2007, p. 1041.

aparece ainda para indicar as salinas no interior da laguna <figura 9>. A representação das cidades através de um visão obliqua também permanece⁵⁸.

Pese embora tais continuidades, podemos também referir que, por conta das novas técnicas aplicadas na produção cartográfica a partir deste período, ocorreram diversas transformações na sua representação. A utilização da cor⁵⁹, por exemplo, diferencia a terra do mar, os aglomerados populacionais, os rios, as montanhas <figuras 8 e 9> não obstante a sua importância para maior facilidade de compreensão do mapa⁶⁰ quando estes começam a ser impressos, passaram a ser menos coloridos do que os medievais por questões relacionadas com o material utilizado⁶¹. A bastante colorida figura 9 apresenta o litoral de Aveiro segundo representação de Pedro Teixeira, cuja produção é de 1634. O trabalho deste cosmógrafo é bastante reconhecido, especialmente no que concerne a representações relacionadas com zonas litorâneas ou costeiras.



Figura 9: Representação do litoral de Aveiro no Atlas de Pedro Teixeira de 1634.

Fonte: Teixeira, P. O Atlas de Pedro Teixeira. Porto, barras e paisagens litorais da Península Ibérica em 1634. In: Perena, F.; Marias, F. (eds.) Atlas del Rei Planeta. San Sebastian: Editorial Nerea, 2002. <<http://www.arqueotavira.com/Mapas/Teixeira/Index.html>> [22 de maio de 2019].

58 Sobre esta questão vd. Woodward, 2007a, p. 7-11.

59 Sobre a utilização da cor na cartografia histórica vd. Woodward, 2007b, p. 602-606.

60 Woodward, 2007a, p. 20-22.

61 Woodward, 2007b, p. 608.

O seu trabalho serviu inclusivamente para o reconhecimento efectuado pela Coroa de forma a perceber quais os portos, ancoradouros, desembocaduras fluviais, fortalezas, entre outros, existentes ao longo da costa portuguesa⁶². Trata-se de um exemplo cartográfico onde se denota uma representação bastante acurada da realidade, pelo menos no respeitante ao sentido físico do que à época existia naquela região (figura 9).

Com efeito, observa-se a representação bastante elucidativa de uma laguna já perfeitamente formada, cujos canais apresentam embarcações que adentravam na mesma, ancorando no porto de Aveiro, local protegido no interior lagunar⁶³. As povoações são representadas pelos conjuntos de aglomerados, tal como observado noutros exemplos de representação cartográfica analisados neste estudo (figura 8). Da mesma forma, denotam-se os extensos areais costeiros e a representação das dunas no entorno da laguna através de um traçado ondulante.

Por outro lado, este mapa representa a vegetação, a qual, embora esparsa junto da costa, fruto da improdutividade própria dos terrenos arenosos, se torna mais densa à medida que é localizada mais no interior. A ondulação marítima também se apresenta aparentemente revolta. Os traçados ondulantes esboçados com uma coloração azul mais escura revelam a intenção do cartógrafo em demonstrar as condições marítimas mais difíceis naquela região litorânea. Já no interior do sistema lagunar, é representada uma ondulação quase imperceptível, demonstrando, como aliás seria de esperar, uma ondulação reduzida ou quase inexistente, característica das zonas protegidas da incidência direta do oceano. Note-se também a representação das salinas, reproduzidas pelos pequenos desenhos quadrados aos quais acresce a descrição textual “salinas”. Curiosamente, a minúncia do cartógrafo levou a esboçar dentro dos quadrados representativos dessas salinas, pequenos triângulos representando os montes de sal.

Toda esta dinâmica apresentada no mapa, pode ser aferida através da documentação escrita. Se ao nível da evolução geomorfológica a restinga já se encontrava bastante desenvolvida e as ilhas apresentadas em cartografia de cronologias anteriores (figuras 7 e 8) já se encontravam sedimentadas devido ao assoreamento da parte interna formando também os canais lagunares⁶⁴, ao nível da produção de sal, também se descobre uma verosimilhança com a realidade. Com efeito, as condições geomorfológicas do sistema lagunar de Aveiro foram potencializadoras de uma forte exploração do sal. As condições naturais, nomeadamente a formação da restinga arenosa e o assoreamento interno com a constituição das ilhas e canais lagunares, permitiam a penetração da água marítima mas, ao mesmo tempo, protegiam as salinas do impacto direto da força das marés oceânicas.

62 Alegria et al., 2007, p. 1048-1050.

63 O porto de Aveiro foi, ao longo dos tempos, aquele de maior relevância por entre os sistemas portuários que existiam na laguna de Aveiro, ao qual chegavam embarcações de diversas proveniências europeias e por onde era escoada a produção do entorno lagunar, nomeadamente os produtos agrícolas, o pescado e o sal: Silva, 1991; Amorim, 1997; Bastos, 2015; Pereira, 2019.

64 Cf. Oliveira, 1967; Amorim, 1997; Bastos, 2015, p. 39-55; Pereira, 2019.

A partir de finais do século IX e até meados do século XVIII a salicultura foi uma das principais atividades económicas dessa região, encontrando-se por esta altura, numa fase plena de produtividade. Tal ocorria especialmente junto da barra de Aveiro, onde se dava o contato entre a laguna e o oceano e as trocas hídricas eram mais intensas com uma penetração de água salgada maior, concorrendo para a salicultura⁶⁵

Conclusões

Através da análise de alguma cartografia representativa da região costeira de Aveiro, pretendemos com este estudo responder a algumas questões. Por um lado, observar de que forma as instâncias do poder utilizavam a cartografia. Nesse sentido verificamos que, no caso português, desde os alvares da nacionalidade o aparelho da burocracia régia procurou através de inquéritos, e outros meios, perceber e conhecer os seus súbditos e o território para de uma forma mais esclarecida governar. Nesse sentido, os mapas desempenharam um papel fundamental. Tal condição não só se verifica em tempos medievais, como cresce exponencialmente após o início da fase dos descobrimentos e expansão portuguesa. Nesse contexto, a cartografia desempenhou um papel essencial no registo dos litorais. Tal ilação verificou-se através da análise da carta de Petrus Vesconte, mantendo-se nos restantes mapas renascentistas analisados. Aliás, consoante demonstramos, essa representação costeira, nomeadamente da região de Aveiro, aperfeiçoou paulatinamente, chegando a um momento em que a descrição no mapa, correspondia *grosso modo*, às conclusões evidenciadas por autores cujos estudos se centraram na análise de documentação escrita por forma a investigar a evolução litorânea daquela região.

Com efeito, as descrições contidas nas peças cartográficas apresentavam uma forte carga simbólica presente, por exemplo, nas reproduções de Álvaro Seco, observando-se mensagens subliminares representativas do poder unificado português e da sua hegemonia ao nível das navegações marítimas. Outra simbologia foi identificada, nomeadamente no que se refere à presença de outros poderes no território (eclesiástico). A evolução da representação do litoral de Aveiro, marcado por uma constante aleração geodinâmica através da constituição de uma restinga arenosa e do subsequente confinamento do corpo hídrico lagunar, começou a ser apresentada de uma forma mais detalhada. Os mapas do período renascentista aprimoraram essa questão, denotando-se a evolução geomorfológica constantemente representada até culminar na quase plena formação lagunar e na demonstração de exploração de sal.

Se o portulano de Vesconte representou a costa em detrimento do interior, os mapas renascentistas fazem descrições bastante precisas do litoral, indicando profusamente as toponímias, montanhas, rios, pontes, hierarquias administrativas, entre outras questões. Os símbolos utilizados nessas descrições, embora não sejam siste-

65 Amorim, 1997, p. 320-323; Bastos, 2015, p. 140-158.

matizados, apresentam uma evolução. Em nosso entender, a coloração dos mapas promoveu esse avanço na simbologia utilizada.

Assim se tornou possível a representação dos aglomerados populacionais através do desenho de edifícios, muralhas e torres; a identificação das condições marítimas através do traçado ondulante e cuja cor é mais carregada onde a ondulação é mais forte; a representação de extensas zonas arenosas, sistemas dunares cujos traçados pintados de amarelo revelam, a vegetação, as salinas e mesmo as salinas e o sal. Observou-se a região costeira de Aveiro através de imagens cuja verosimilhança, não sendo total, revela aspetos da sua configuração - um sistema costeiro cuja constante mutação foi registada pelos cartógrafos.

Por outro lado, perceberam-se mensagens da realeza, dos bispos, dos povos, mensagens subliminares do poder real e do poder eclesiástico. Desse modo concluiu-se que a análise da cartografia histórica, permite dados que apoiam na percepção dos espaços costeiros, seja na sua configuração, seja na importância que representava para as instâncias governativas. A premissa máxima que ficou deste trabalho foi que tal como na actualidade, quanto maior for o conhecimento do território, maior será a eficácia dos poderes incumbidos da sua gestão.

Bibliografia

- ALEGRIA, Maria Fernandes.; DAVEAU, Suzanne; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francisc. Portuguese Cartography in the Renaissance. In WOODWARD, David (ed.) *The History of Cartography, volume III: Cartography of the European Renaissance*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007, p. 975-1068.
- ALMEIDA, Fortunato de. História da Igreja em Portugal. vol. IV. Porto/Lisboa: Livraria Civilização, 1971.
- AMORIM, Inês. *Aveiro e sua Provedoria no séc. XVIII (1690-1814) estudo económico de um espaço histórico*. História Regional e Local – Nº 1. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997.
- AMORIM, Inês; NOGUEIRA, Miguel. *Da cartografia histórica à reconstituição cartográfica: o caso de Aveiro*. XXIII encontro da APHES. [CD-ROM]. Coimbra: APHES, 2003.
- BASTOS, Maria Rosário; DIAS, João Manuel Alveirinho. Uma representação do Litoral Português: o Baixo Vouga (séculos IX-XIV). In AMORIM, Inês; Polónia, Amélia; OSSWALD, Maria Helena. *O litoral em perspectiva histórica (séc. XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de História Moderna, 2002, p. 113-126.
- BASTOS, Maria Rosário da Costa. *O Baixo Vouga em tempos medievos: do preâmbulo da monarquia aos finais do reinado de D. Dinis*. Saarbrücken: Verlag/Novas Edições Académicas, 2015.
- BASTOS, Maria Rosário. No trilho do sal: Valorização da História da exploração das salinas no âmbito da gestão costeira da laguna de Aveiro. *RGCI - Revista da Gestão costeira Integrada*. [En línea]. [S. l.]: Associação Portuguesa dos Recursos

- Hídricos/UNIVALI, novembro de 2009, volume 9, número 3, p. 25-43. <<http://www.aprh.pt/rgci/revista9f3.html>> [23 de abril de 2019]. ISSN 1646-8872.
- BASTOS, Maria Rosário; DIAS, João Alveirinho; BAPTISTA, Manuela; BATISTA, Carla. Ocupação do Litoral do Alentejo, Portugal: Passado e Presente. *RGCI - Revista da Gestão costeira Integrada*. [En línea]. [S. l.]: Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos/UNIVALI, março de 2012, volume 12, número 1, p. 101-118. <<http://www.aprh.pt/rgci/rgci307.html>> [23 de abril de 2019]. ISSN 1646-8872.
- CAMPBELL, Tony. Portolan Charts from the Late Thirteenth Century to 1500. In HARLEY, J. B.; WOODWARD, David. (ed.) *The History of Cartography, volume I: Cartography in Prehistoric, Ancient and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987, p. 361-463.
- CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério. *As freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758: Memórias, História e Património*. Braga: J.B.C., 2009.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. Os tabeliões em Portugal. Perfil profissional e sócio-económico (sécs. XIV - XV). *Historia, Instituciones, Documentos*. 1996, vol. 23, p. 173-211.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. O poder concelhio em tempos medievais – o “deve” e o “haver”. *Revista da Faculdade de Letras – História*. 2006, volume 7, III série, p. 19-34.
- COSGROVE, Denis E. Images of Renaissance Cosmography (1450-1650). In WOODWARD, David (ed.) *The History of Cartography, volume III: Cartography of the European Renaissance*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007, p. 55-98.
- DAVEAU, Suzanne. A rede hidrográfica no mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco. *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, 2000, volume XXXV, número 69, p. 11-38.
- DELANO-SMITH, Catherine. Signs on printed Topographical Maps, ca. 1470 - ca. 1640. In WOODWARD, David. (ed.) *The History of Cartography, volume III: Cartography of the European Renaissance*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007, p. 528-590.
- DIAS, João Alveirinho; BASTOS, Maria Rosário; BERNARDES, Cristina; FREITAS, Joana. Gaspar; MARTINS, Virgínia. Interações Homem-Meio em zonas costeiras: O caso de Aveiro, Portugal. In RODRIGUES, Maria Antonieta da Conceição; PEREIRA Sílvia Dias (eds.) *Baía de Sepetiba: Estado da Arte*. Rio de Janeiro: Corbã, 2012, p. 215-249.
- FREITAS, Joana Gaspar. *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve (c. 1851 a c. de 1990)*. Tese de Doutoramento dirigida por Sérgio Campos Matos e João Alveirinho Dias. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2010, 421 p.

- GALEGO, Julia; DAVEAU, Suzanne. *O Numeramento de 1527-1532: Tratamento Cartográfico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1986.
- GARCIA, João Carlos. A Lusitânia para o Cardeal Guido Sforza: um mapa de Portugal de 1561 na Biblioteca Nacional. *Revista da Faculdade de Letras – História*. 2010, volume 11, III Série, p. 363-368.
- GARCIA, João Carlos; MACIEIRINHA, Jorge; COSTA, Nuno Silva. Representação do sal nos mapas do arquivo da administração do porto de Aveiro. In AMORIM, Inês (org.) *A articulação do sal português aos circuitos mundiais - antigos e novos consumos*. Porto: Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2008, p. 265-271.
- HARVEY, P. D. A. Medieval Maps: an Introduction. In HARLEY, J. B.; WOODWARD, David (ed.) *The History of Cartography, Volume I: Cartography in Prehistoric, Ancient and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987a, p. 283-285.
- HARVEY, P. D. A. Local and Regional Cartography in Medieval Europe. In HARLEY, J. B.; WOODWARD, David. (ed.) *The History of Cartography, Volume I: Cartography in Prehistoric, Ancient and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987b, p. 464-501.
- HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. *Confins*. [En Línea]. São Paulo: Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo-USP, março de 2009, nº 5, s.p. <<http://confins.revues.org/index5724.html>> [12 de maio de 2019].
- KAGAN, Richard L.; SCHMIDT, Benjamin. Maps and the Early Modern State: Official Cartography. In WOODWARD, David. (ed.) *The History of Cartography, volume III: Cartography of the European Renaissance*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007, p. 661-679.
- LAMY, Alberto. *Monografia de Ovar. Freguesias de S. Cristóvão e de S. João de Ovar (922 – 1865)*. vol. 1 (922 – 1865). Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 2001.
- LINDGREN, Uta. Land Surveys, Instruments, and Practitioners in the Renaissance. In WOODWARD, David. (ed.) *The History of Cartography, volume III: Cartography of the European Renaissance*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007, p. 477-508.
- LUCCI, Luiz Filipe de Lencastre Schwalbach. *Estudos Geográficos – Alterações Litorais. A Ria de Aveiro*. Lisboa: Typographia do Anuario Commercial, 1918.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira. A população portuguesa nos fins do Século XIII. In MARQUES, António Henrique de Oliveira. (ed.) *Ensaio da História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Vega, 1980, p. 51-92.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira. O Portugal Islâmico. In: SERRRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira (dir.) *Nova História de Portugal*. Vol. II, Lisboa: Presença, 1993, p. 117-249.

- MARTINS, Cátia Alexandra Ferreira Bragança. *A barra da laguna de Aveiro no século XIX: impactos da acção antrópica na dinâmica lagunar*. Dissertação de mestrado dirigida por Maria Assunção Araújo. Porto: Universidade do Porto, 2012, 165 p.
- MARTINS, Fernando. A configuração do litoral português no último quartel do século XIV. Apostila a um mapa. *Separata de Biblos*, v. XXII, 1947, p. 163-197.
- MATTOSO, José.; KRUS, Luís.; ANDRADE, Amélia. *O Castelo e a Feira, a terra de Santa Maria nos séculos XI a XII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- MOREIRA, Luís Miguel Alves de Beça. *Cartografia, Geografia e Poder: o processo de construção da imagem cartográfica de Portugal na segunda metade do século XVIII*. Tese de doutoramento dirigida por João Carlos Garcia e Miguel Sopas de Melo Bandeira. Braga: Universidade do Minho, 2012, 481 p.
- OLIVEIRA, Miguel de. *Ovar na Idade Média*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 1967.
- PEREIRA, Olegário Nelson Azevedo. Análise das configurações socioambientais em litorais da margem atlântica: lagunas de Aveiro (PT) e Araruama (BR). Tese de doutoramento dirigida por Elza Maria Neffa Vieira de Castro, Maria Rosário da Costa Bastos e Luís Manuel Quintais Cancela da Fonseca. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019, 2 vol. 1004 p.
- PORTO, Carmen Manso. *Cartografia Histórica Portuguesa. Catálogo de Manuscritos (siglos XVII-XVIII)*. Madrid: Real Academia de la Historia, departamento de Cartografía e Bellas Artes, 1999.
- SANTOS, Filipe Duarte; LOPES, António Mota; MONIZ, Gabriela; RAMOS, Laudemira; TABORDA, Rui. *Grupo de Trabalho do Litoral: Gestão da Zona Costeira o desafio da mudança*. Lisboa: [S. l.], 2017.
- SILVA, Maria João Violante Marques da. *Aveiro Medieval*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1991.
- SILVA, Maria João Violante Marques da. *Esgueira - A Vida De Uma Aldeia Do Século XV*. Redondo: Patrimonia, 1994.
- SOUTO, Alberto. *Origens da Ria de Aveiro (Subsidio para o estudo do problema)*. In: *Apontamentos sobre a geografia da Beira-Litoral*. Vol. I. Aveiro: Livraria João Vieira da Cunha / Tipografia Minerva, 1923.
- TAVARES, Maria João Ferro. *História de Portugal Medieval (Economia e Sociedade)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1992.
- WHITFIELD, Peter. *The Charting of the Oceans*. Califórnia: Pomegranate Artbooks, 1966.
- WOODWARD, David. Medieval Mappaemundi. In HARLEY, J. B.; WOODWARD, David (ed.) *The History of Cartography, Volume I: Cartography in Prehistoric, Ancient and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987, p. 286-370.
- WOODWARD, David. Cartography and the Renaissance: Continuity and Change. In WOODWARD, David. (ed.) *The History of Cartography, volume III: Cartography of the European Renaissance*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007a, p. 3-24.

WOODWARD, David. Techniques of Map Engraving, Printing, and Colouring in the European Renaissance. In: WOODWARD, David. (ed.) *The History of Cartography, Volume III: Cartography of the European Renaissance*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007b, p. 591-610.

Copyright : Olegário Nelson Azevedo Pereira, María Rosário Bastos, 2019

Copyright: Biblio3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, 2019

Ficha bibliográfica. AZEVEDO PEREIRA, Olegário Nelson; BASTOS, María Rosário. Poder e representações do litoral de Aveiro (Portugal) na cartografia histórica: séculos XIV-XVII *Biblio3W, Revista Bibliográfica de Geografía i Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, 20 de noviembre de 2019, vol. XXIV, nº 1.282. [ISSN: 1138-9796]